



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2021 -
PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 3º, inc. I a III, da Lei nº 10.520/2002 e nos inc. I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO e da Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente Termo de Referência para a contratação de empresa especializada no fornecimento e aplicação de vacina contra a gripe para imunização dos colaboradores deste Tribunal, conforme segue:

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de 563 doses (estimativa) de vacina contra a gripe **Vacina Influenza Quadrivalente**, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND
01	<p>Vacina anti-influenza, QUADRIVALENTE, conforme regulamentação da Anvisa - RESOLUÇÃO-RE Nº 4.184, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020 (0653514).</p> <p>- um vírus similar ao vírus influenza A/Victoria/2570/2019 (H1N1)pdm09;</p> <p>- um vírus similar ao vírus influenza A/Hong Kong/2671/2019 (H3N2);</p> <p>- um vírus similar ao vírus influenza B/Washington/02/2019 (linhagem B/Victoria)</p> <p>- um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013 (linhagem B/Yamagata)</p> <p>Ampolas dose única do tipo “seringa preenchida”, na composição preconizada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e o <u>ATO VACINAL</u>.</p>	563	Dose única

As doses serão disponibilizadas para o seguinte público lotados na capital e interior do Estado de Rondônia.

1. Membros titulares da Corte (ativos e seus substitutos;)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Juízes Eleitorais;
3. Servidores do quadro efetivo.
4. Servidores requisitados;
5. Servidores cedidos à Justiça Eleitoral;
6. Pessoal terceirizado para atividades nas dependências da sede TRE-RO e Cartórios Eleitorais;
7. Estagiários;
8. Familiares de membros ativos e **substitutos** da Corte e dos Juízes Eleitorais - (esposa e filhos);
9. Dependentes (inscritos no PAMS) dos servidores do quadro efetivo e cedidos;

Público suplementar: Na ocorrência de vacinas contratadas e não utilizadas pelo público-alvo da campanha, as doses serão utilizadas na seguinte ordem:

I – Familiares - **não** inscritos como dependentes no PAMS - EM COABITAÇÃO com servidores do quadro efetivo;

II - Dependentes dos servidores requisitados;

III - Dependentes (**não** inscritos no PAMS) dos servidores cedidos;

IV - Familiares - **não** incluídos no público-alvo - em coabitação com membros da Corte;

V - Familiares - **não** incluídos no público-alvo - em coabitação com Juízes Eleitorais;

VI – Dependentes do pessoal terceirizado para atividades nas dependências da sede TRE-RO e Cartórios Eleitorais;

VII – Dependentes de estagiários.

Regras de adesão à campanha e da responsabilidade por eventual desistência injustificada: Será realizada pesquisa com o público-alvo da campanha para o levantamento das intenções no recebimento do imunizante.

Realizada a coleta dos dados e a **validação** pelo interessado, esse se compromete a comparecer, juntamente com seus dependentes ou familiares, nos locais informados e datas agendadas para receber as doses de vacinas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Se por qualquer motivo o titular, seus dependentes ou familiares, não comparecerem ao evento agendado, poderão solicitar ao SAMES, no prazo máximo de dois dias úteis após o último dia da campanha regular, um *voucher* com prazo de **vigência de 5 dias úteis** para utilização das doses de vacinas correspondentes, aplicadas exclusivamente no município de Porto Velho.

Havendo ainda doses de vacinas remanescentes após esse período, a SAMES as destinará ao público suplementar para que sejam aplicadas no **prazo máximo de 5 dias úteis**, exclusivamente no município de Porto Velho.

Justificativa: A SAMES entende que a reabertura do prazo suplementar de 5 dias é mais uma oportunidade de acesso ao imunizante para aqueles interessados que não puderam comparecer na campanha nas datas agendadas.

Caso ainda remanesçam doses de vacina, essas serão destinadas ao público suplementar que em razão da convivência com o grupo prioritário, pode ser agente da propagação do patógeno da gripe.

Por fim, justifica-se a restrição da fase suplementar da campanha ao município de Porto Velho porque mais de **65 %** do público-alvo reside na Capital. Além disso, a extensão dessa medida às cidades sedes das zonas eleitorais no interior do Estado inviabilizaria a contratação em função da elevação dos custos.

2.1. Especificações das vacinas:

A Vacina Influenza quadrivalente a ser fornecida a este Regional deverá ter as seguintes especificações:

a) possuir cepas de vírus em combinação, as quais deverão estar dentro das especificações abaixo descritas (RESOLUÇÃO – RE Nº 3.076, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 - ANVISA) a saber:

- I. um vírus similar ao vírus influenza A/Victoria/2570/2019 (H1N1)pdm09;
- II. um vírus similar ao vírus influenza A/Hong Kong/2671/2019 (H3N2)
- III. um vírus similar ao vírus influenza B/Washington/02/2019 (linhagem B/Victoria);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV. um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013 (linhagem B/Yamagata)

b) recomenda-se que os componentes A (H1N1) e A (H3N2) de vacinas não baseadas em ovos para uso na temporada de influenza de 2021 sejam um vírus tipo A/Wisconsin/588/2019 (H1N1) pdm09 e um vírus tipo A/Hong Kong/45/2019 (H3N2), respectivamente, juntamente com os outros componentes acima.

c) As vacinas influenza chamadas quadrivalentes deverão estar em conformidade com as especificações definidas pelas resoluções RDC 151/2017/ANVISA e RE ANVISA 3076/2019, em seringa de vidro pré-embazada, com agulha padronizada, estéril e descartável, de aplicação individual, na dosagem de 0,5 ml cada uma, incluindo armazenamento, acondicionamento e aplicação por profissional habilitado (nas localidades onde há cartório eleitoral, no interior do estado, e em Porto Velho/RO) nos beneficiários adultos e pediátricos do TRE-RO, em datas e horários pré-definidos.

e) As vacinas deverão apresentar data de fabricação a partir de outubro de 2020, com prazo de validade mínima de 12 meses, a partir da data de fabricação.

f) Os preços por dose de vacina devem incluir todas as despesas acessórias, com conservação, seringa e aplicação na capital e no interior do estado, não acarretando acréscimos ao valor da proposta.

2.2 - Localidades a serem atendidas (com prioridade para a vacinação no interior do Estado):

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO	ESTIMATIVA DE DOSES/localidade
1	1ª Zona Eleitoral – Guajará Mirim	Av. Candido Rondon, nº 784 - Tamandaré.	10
2	Sede TRE –RO – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 – Baixa União.	349 .
3	3ª e 30ª Zonas Eleitorais - Ji-	Av. Marechal	13

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO	ESTIMATIVA DE DOSES/localidade
	Paraná	Rondon, nº 1218 - Centro.	
4	Posto de atendimento Eleitoral – Presidente Médici	Av. Macapá, 1763, Ernandes Gonçalves.	02
5	4ª Zona Eleitoral – Vilhena	Rua 545, nº 495 - Jardim América.	09
6	5ª Zona Eleitoral – Costa Marques	Av. Chianca, nº 1159 - Centro.	05
7	7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais – Ariquemes	Rua Aquariquara, nº 3631- Setor Industrial.	30
8	8ª Zona Eleitoral – Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, nº 4056 - Centro.	04
9	9ª Zona Eleitoral – Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, nº 970 - Dos Pioneiros.	15
10	10ª e 27ª Zonas Eleitorais – Jaru	Rua Princesa Isabel, nº 1028 - Setor 2.	10
11	11ª Zona Eleitoral – Cacoal	Rua Monteiro Lobato, nº 1583 - Centro.	11
12	12ª Zona Eleitoral – Espigão do Oeste	Rua Rio Grande do Sul, nº 2664 - Centro.	07
13	13ª e 28ª Zonas Eleitorais – Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº 83 - Da União.	13
14	15ª e 29ª Zonas Eleitorais – Rolim de Moura	Av. São Luiz, nº 4557 – Centro.	18
15	Posto de atendimento Eleitoral – Nova Brasilândia do Oeste	Av. Treze de Maio, 612-688.	1
16	16ª Zona Eleitoral – Cerejeiras	Av. das Nações, nº 1847 - Centro.	04



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO	ESTIMATIVA DE DOSES/localidade
17	17ª Zona Eleitoral – Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, nº 3068 - Princesa Isabel.	10
18	18ª Zona Eleitoral – Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, nº 4283, Centro.	06
19	19ª Zona Eleitoral – Santa Luzia do Oeste	Rua D. Pedro I, nº 2349 - Centro.	04
20	32ª Zona Eleitoral – Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, nº 3134 - Centro.	07
21	34ª Zona Eleitoral – Buritis	Avenida Porto Velho, nº 1454 - Centro.	08
22	35ª Zona Eleitoral – São Miguel do Guaporé	Avenida Cacoal, nº 965 - Cristo Rei.	0

2.2.1 – Poderá haver alteração na quantidade de doses por localidade, à critério da administração.

2.3. O processo de vacinação compreenderá:

2.3.1. Período da Campanha de Vacinação - realizada nos prédios da Justiça Eleitoral de Rondônia. O Cronograma será apresentado pela empresa vencedora do certame no prazo de 24 horas após o recebimento da Nota de empenho e será submetido à aprovação ou rejeição do gestor do contrato.

2.3.2. A aplicação será responsabilidade da Contratada, a ser realizada por equipe previamente designada para este fim e aprovada pelo gestor do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Da necessidade:

Essa campanha, preventiva, vem ao encontro com normas do CNJ para minimizar o impacto do absenteísmo por motivo de doenças, conforme preconiza a Resolução 207/2015-CNJ.

Considerando que a gripe e suas consequências (amigdalite, laringite, sinusite, bronquites e até pneumonias) é uma das doenças virais responsável pelo maior número de absenteísmo motivado por doença e anualmente, o Ministério da Saúde realiza campanhas vacinais com o objetivo de prevenir a gripe; disponibilizando doses de vacinas, apenas para grupos de risco.

A exemplo dos exercícios anteriores, este regional identifica na cobertura vacinal contra a Influenza uma boa medida para redução do absenteísmo e, mais recentemente, como medida de facilitação do diagnóstico de outras viroses, cujos sintomas se assemelham ao da gripe, mas que contam com agente contaminante diverso, a exemplo do SARS2 COVID-19.

Trata-se, portanto de uma medida de caráter preventivo cujo resultado oferece maior segurança aos públicos envolvidos, com baixo custo de investimento. Desta forma, a aquisição da vacina antigripal para administração aos servidores e demais colaboradores do TRE-RO tem por justificativa, em primeiro lugar, prevenir a doença e, conseqüentemente, reduzir sua taxa de comorbidade e por consequência os índices de absenteísmo.

3.2. Da quantidade:

Foi realizada pesquisa de intenção de vacinação contra gripe no período de 22/02/2021 à 05/03/2021 e obtivemos 294 respostas que após verificação, exclusão de respostas repetidas e solicitação fora das regras estabelecidas, obtivemos um total de 536 solicitações de doses para o público alvo indicado. Considerando a possibilidade de haver servidores ausentes ou que por algum motivo não puderam expressar seu interesse por doses acrescentamos 5% do quantitativo total de interessados, chegando-se ao total de 563 doses estimadas.

3.3. Do planejamento estratégico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, os serviços pretendidos vão de encontro aos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

Em atendimentos ao art. 2º da IN nº 004/2008-TRE-RO, este instrumento foi elaborado em conformidade com os seus princípios basilares, quais sejam: planejamento e objetividade.

3.4. Dos critérios de sustentabilidade ambiental:

A aquisição de medicamentos autorizados, entre os quais vacinas, devidamente autorizados pela ANVISA não possui regramento específico quanto à sustentabilidade legal.

Dessa feita, por falta de norma específica e em respeito ao princípio da legalidade administrativa não há como ser exigida a sustentabilidade ambiental desta aquisição. Contudo, há de se afirmar que o transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos da Vacinação, devem ser dentro das normas exigidas pela ANVISA, como as indicadas no Capítulo 4 deste TR.

4. DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICÁVEL

O presente objeto da contratação possui normas específicas quanto a sua produção, distribuição, aplicação e demais exigências aos fornecedores, os quais deverão ser observados no momento da contratação e gestão do contrato:

- RESOLUÇÃO – RE Nº 3.076, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 - ANVISA
- Resolução RDC ANVISA nº 151/2017;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Portaria Conjunta ANVISA/FUNASA nº 01, de 02 de agosto de 2000.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 – Regularidade Fiscal:

- a) Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, obtida no site do CNJ;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN
- c) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.2 – Habilitação técnica:

A licitante deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios quanto à habilitação técnica:

- a. Declaração de que segue todas as exigências contidas na Portaria Conjunta Anvisa/Funasa nº 01/2000;
- b. Licenciamento emitido pelo órgão competente de vigilância sanitária, que comprove liberação específica para atuar no ramo de fornecimento, com a devida liberação para aplicação de vacinas fora do endereço constante da licença sanitária, nos termos dos Artigos 3º e 5º, §2º da Portaria Conjunta Anvisa/Funasa nº 01/2000, para empresa que fornecer e praticar o ato vacinal, ou vier subcontratar o ato vacinal;
- d. Termo de compromisso da empresa no qual se comprometa a exigir da subcontratada todos os documentos exigidos na Portaria Conjunta Anvisa/Funasa n. 01/2000.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f. Atestado (s) de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento e aplicação de pelo menos 175 (cento e sessenta e cinco) doses de vacina (50% da quantidade estimada para contratação).

Os documentos exigidos decorrem de legislação específica.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

6.1 Na elaboração da proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de fornecimento dos materiais e sua obrigação acessória (aplicação), inclusive quanto aos custos de armazenamento, transporte, descarte correto dos insumos e disponibilização de profissional (s) habilitado (s) para execução do ato vacinal.

6.2 Sagrar-se-á vencedora do certame a licitante que ofertar o menor valor pelo lote único composto pelo fornecimento e aplicação das doses em todos os locais estipulados.

6.3 O valor estimado neste Termo de Referência deverá ser o parâmetro estimado de preço aceito na proposta de cada licitante. Desta forma, caso sejam apresentadas propostas acima dos preços unitários estimados pela Administração, caberá ao pregoeiro o julgamento de aceitabilidade das propostas.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 O serviço de aplicação das vacinas poderá ser subcontratado, desde que a (s) empresa (s) subcontratada (s) atenda (m) às exigências constantes no item 5.2 (habilitação técnica) deste instrumento. As responsabilidades de todas as obrigações assumidas são inteiramente da empresa contratada.

7.2 Em caso de subcontratação, a empresa contratada deverá apresentar os documentos da empresa subcontratada que executará o ato vacinal, de acordo com o item 5.2, no prazo máximo de 48h após o recebimento da NE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. DO VALOR ESTIMADO

8.1. Os valores estimados seguem com referência à cotação de preço apresentada pela SLC, conforme demonstrativo evento [0671204](#), e optamos pela retirada dos valores inferiores ao contratado na campanha de 2020.

Portanto o valor estimado para a aquisição, é de R\$ 163,99 9 (cento e sessenta e três reais e noventa e nove centavos) por dose, ou R\$ 92.326,37 (noventa e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e sete centavos) para 563 (quinhentos e sessenta e três) doses estimadas conforme demonstrado na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Vacina anti-influenza, quadrivalente, conforme regulamentação da Anvisa - RESOLUÇÃO-RE Nº 4.184, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020 (0653514).</p> <p>Vacina anti-influenza, <u>QUADRIVALENTE</u>, conforme regulamentação da Anvisa - RESOLUÇÃO-RE Nº 4.184, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020 (0653514).</p> <p>- um vírus similar ao vírus influenza A/Victoria/2570/2019 (H1N1)pdm09;</p> <p>- um vírus similar ao vírus influenza A/Hong Kong/2671/2019 (H3N2);</p> <p>- um vírus similar ao vírus influenza B/Washington/02/2019 (linhagem B/Victoria)</p> <p>- um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013 (linhagem B/Yamagata)</p> <p>Ampolas dose única do tipo “seringa preenchida”, na composição</p>	Dose	563 Doses estimadas	R\$ 163,99	R\$ 92.326,37



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	preconizada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e o <u>ATO VACINAL</u> .				
VALOR TOTAL:					

8.2 Quantidade mínima a ser contratada: 400

Justificativa: Por mais que a estimativa do quantitativo seja apurada com critérios indicados no item 3.2, diversos fatores podem produzir variação no número final. O exemplo mais comum, como se tem visto em anos anteriores, é o beneficiário ter acesso à vacina antes da campanha do TRE de Rondônia. Ocorre que esse é um produto que tem grande oscilação de preços no mercado em função de fatores de difícil previsão. Assim, a aquisição certa de uma quantidade mínima produz também a certeza do fornecimento, tornando o certame mais atrativo e atraindo mais licitantes potenciais.

8.3. O valor unitário é composto do valor da vacina e dos custos de aplicação, deslocamentos e viagens a serem feitas pela empresa vencedora do certame.

8.4. Os preços por dose de vacina devem incluir todas as despesas acessórias, com conservação, seringa e aplicação na capital e no interior do estado, não acarretando acréscimos ao valor da proposta.

9. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão com recursos do Orçamento Anual de 2021 (Ordinário) deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

CATEGORIA:	Manutenção Geral (Orçamento Ordinário)
AGREGADOR:	Assistência Médica e Odontológica
DESPESA AGREGADA:	Material de Consumo Médico e Odontológico
PLANO INTERNO:	AMO MATMEDO
VALOR ESTIMADO:	R\$ 92.326,37

10. DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1 O Contrato, no caso da presente aquisição será substituído pela Nota de Empenho de Despesa, na forma do art. 62, “caput” e § 4º. Da Lei 8.666/93. Trata-se a presente aquisição de fornecimento com a obrigação acessória de aplicação da vacina nos beneficiários pelo Serviço de Assistência Médica e Social do TRE-RO, e colaboradores.

10.2 O prazo para aplicação das vacinas não poderá ser superior de 30 (trinta) dias corridos, a contar da aprovação do cronograma, pelo gestor do contrato.

10.3 Após o recebimento da Nota de Empenho, a contratada terá 2 (dois) dias úteis para apresentar ao gestor do contrato:

a) Cronograma de aplicação nas unidades descritas no item 2.2, contemplando pelo menos **1 hora útil** em cada localidade no interior do Estado e **24 horas na Capital**, o qual deverá ser analisado e aprovado pelo gestor do contrato.

I. Este cronograma será analisado pela Gestão do Contrato em 1 (um) dia útil. Em caso de rejeição, a contratada terá 1 (um) dia útil para as adequações necessárias.

II. Preferencialmente, serão observados os horários de 8h às 12 horas e 14h às 18 horas, podendo esse horário ser alterado, desde que com anuência de um representante da Seção de Assistência Médica Social (SAMES), após serem ouvidas as unidades beneficiárias.

III. Nos casos em que todos os beneficiários da localidade tenham sido devidamente vacinados, não será necessário aguardar o cumprimento do horário determinado.

b) Dados técnicos das doses a serem aplicadas.

10.4 A SAMES disponibilizará à contratada, juntamente com a Nota de Empenho, listagem contendo o nome dos beneficiários, por localidade. Esta deverá ser devolvida ao gestor, devidamente preenchida com os dados das doses aplicadas, assinatura do vacinador e dos beneficiários vacinados, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento, e servirá como prova da efetiva realização do objeto do presente Termo de Referência,

10.5 Além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se à relação contratual o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

10.6 Como condição para a contratação, a adjudicatária deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal e/ou a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao CNJ, bem como apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.7 Se a adjudicatária se recusar a receber a Nota de Empenho injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato do recebimento, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado, podendo ainda ser caracterizado o descumprimento total da obrigação, conforme art. 81 da Lei n. 8.666/93, e sujeitos as sanções legalmente estabelecidas nesse instrumento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 A Administração se obriga a:

- a) Apresentar lista de beneficiados por localidade juntamente com a Nota de Empenho;
- b) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;
- d) Atestar a conformidade da aplicação das vacinas;
- e) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição das vacinas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f) Disponibilizar local para realização de aplicação da vacina, na capital;
- g) Propiciar acesso do pessoal responsável pela aplicação da vacina às dependências do TRE-RO e cartórios, no interior do estado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- h) Fazer a divulgação da vacinação com informações de local, data e horário de sua realização;
- i) Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte dessa;
- j) Efetuar o recebimento definitivo até 05 (cinco) dias úteis após o termino da execução do cronograma, condicionado à apresentação da lista de beneficiário vacinados, com as devidas assinaturas e informações sobre as doses aplicadas, juntamente com Nota Fiscal.
- k) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecido neste instrumento.

11.2 A Contratada se obriga a:

- a) Manter, durante todo período de execução, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRE-RO a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- b) Realizar o fornecimento do material e realizar as aplicações (ato vacinal), conforme cronograma por ela elaborado e aprovado pelo gestor do contrato, observando o prazo de execução, a quantidade de aplicações, especificações técnicas das doses e as localidades (capital e interior);
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do gestor do contrato, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder ou não à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- e) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-RO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- f) Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e aplicação das vacinas;
- g) Manter as vacinas em temperatura segura durante o transporte e acondicionamento que antecede a aplicação;
- h) Realizar o descarte seguro de agulhas, seringas e demais produtos utilizados nas atividades de vacinação, de acordo com as normas específicas;
- i) Dispor de meios para armazenamento e transporte adequado das vacinas, garantindo a sua perfeita conservação, conforme as normas técnicas emitidas pela Fundação Nacional de Saúde/FUNASA e as especificações do fabricante;
- j) Dispor de equipamento para controle de temperatura, conforme padrões estabelecidos pela Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;
- k) Dispor de pessoal habilitado, com diploma de curso técnico de enfermagem, para desenvolver as atividades de vacinação, conforme as normas técnicas da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;
- l) Utilizar somente vacinas registradas no Ministério da Saúde;
- m) Estar habilitada a realizar as atividades de vacinação, obedecendo às normas técnicas da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;
- n) Apresentar, em até 48 horas antes do início da vacinação, relação nominal da equipe de profissionais treinados e que se encarregarão de executar os serviços de imunização com os respectivos comprovantes de registro nos Conselhos Profissionais, comprovando pertencer ao quadro da CONTRATADA responsável pela aplicação da vacina;
- o) Avaliar as condições de saúde do vacinando e, em caso de impedimento, não realizar a vacina, anotando a justificativa em relatório;
- p) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- q) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do Contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

r) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor definido contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, estando às supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme inciso II do parágrafo 2º do mesmo diploma legal;

s) Não contratar, na vigência da contratação, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

t) A destinação das vacinas e seringas utilizadas deverá seguir o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, estabelecido pela RESOLUÇÃO RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

12. PAGAMENTO À CONTRATADA

12.1 O pagamento será realizado de acordo com a quantidade de vacinas fornecidas e aplicadas, conforme listagem assinada pelos beneficiários a ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal para pagamento, ficando a cargo do gestor e fiscal do contrato realizar essa apuração até o 5º (quinto) dia após a entrega da Nota Fiscal. O pagamento será realizado após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, e precedida mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Nota Fiscal for atestada, sendo efetuadas as retenções legais.

12.2 O gestor fará uso da listagem de beneficiários imunizados para atestar a Nota Fiscal.

12.3 No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e ao CNJ.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.4 Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

12.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVA

13.1 A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União e ser descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento da execução do objeto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportamento inidôneo;
- f) declaração falsa;
- g) fraude fiscal.

13.2 Para os fins da alínea “e”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993. Para condutas descritas nos itens a, d, e, f e g será aplicada multa de até 20% do valor do contrato.

13.3 Para os fins dos itens b e c, será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho por dia de atraso na entrega, até o máximo de 5% (cinco por cento), o que poderá configurar a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 20% (vinte por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total da obrigação assumida.

13.4 Além dessas, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas **tabelas 1 e 2** a seguir:

Tabela 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
2	4% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
3	6% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
4	8% DO VALOR TOTAL CONTRATADO

Tabela 2:

INFRAÇÃO	GRAU
-----------------	-------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Suspender ou interromper, por dia e por unidade de atendimento, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega de vacinas. Por evento.	4
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por evento.	4
Não manter as condições necessárias para conservação das doses em razão da não observância das alíneas “g”, “i” e “j” das obrigações da Contratada.	4
Contratar o serviço de aplicação das vacinas, de maneira que o ato vacinal não seja realizado por profissionais legalmente habilitados. Por evento.	4
Deixar de:	
Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo de 24 horas, contados do recebimento da solicitação. Por produto.	4
Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do TRE-RO, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante fornecimento do material. Por evento.	3
Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas no Edital. Por infração.	2
Respeitar as normas e procedimentos de controles internos, inclusive de acesso às dependências do TRE-RO. Por infração.	3
Comunicar à Administração do TRE-RO qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados. Por evento.	1
Apresentar documentações exigidas na alínea “n” das obrigações da Contratada. (por dia de atraso).	2

13.5 Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação estipulada neste instrumento, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

a) primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;

c) terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;

d) quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil poderá caracterizar como inexecução contratual;

13.6 As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

13.7 Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na Dívida Ativa da União.

13.8 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

13.9 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1 A Gestão do contrato será realizada pelo titular da **Seção de Assistência Médica Social do TRE-RO**, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.2 A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Elisângela Alves Silva Tivanello, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008

14.3 A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

14.4 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

14.5 Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

14.6 O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em data previamente acordada entre a CONTRATADA e a unidade responsável pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do cronograma apresentado pela contratada e aprovado pela unidade gestora, não podendo a prestação ultrapassar o limite de 30 dias contados do recebimento da Nota de Empenho.



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO**, Técnico Judiciário, em 15/03/2021, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DAIANA MAZOTTI FERRAZ REIS**, Chefe de Seção, em 15/03/2021, às 18:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0671447** e o código CRC **6C6FAA7B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000389-88.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 05/2021 – contratação de empresa especializada no fornecimento e aplicação de até 563 (quinhentos e sessenta e três) doses de vacina contra gripe, a serem aplicadas nos servidores efetivos, requisitados e dependentes, além de funcionários terceirizados e estagiários, lotados no interior do Estado e nesta capital.

PARECER JURÍDICO Nº 48 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), no qual considera a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de fornecimento e aplicação de vacina antigripal para atender as necessidades deste Tribunal, conforme Termo de Abertura ([0653475](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria no Parecer Jurídico 20 ([0674875](#)), oportunidade na qual opinou pela contratação por meio da modalidade licitatória **Pregão, na forma Eletrônico**, em cumprimento às regras da **Lei n. 10.520/2002** e **art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, sem observância do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para ITEM ultrapassa o limite balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, que regulamentou a **LC nº 123/06**.

03. Após Manifestação 87 ([0675366](#)) da SAOFC, a Diretora-Geral no Despacho 354 ([0675802](#)), determinou dentre outras coisas, a **inaplicabilidade do regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte**, seu valor ultrapassar o limite de R\$ 80.000,00, nos termos do disposto no artigo 48, inciso III da LC n. 123/2006, assim como a **restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação**, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#)

04. Assim, veio aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos ([0677327](#)), o qual logrou aprovação desta unidade Jurídica no Parecer Jurídico 24 ([0679358](#)) se tornando o Edital de Pregão 05



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0679512](#)). Os documentos comprobatórios de sua divulgação foram juntados no evento [0680613](#).

05. Foi registrada uma solicitação em relação ao preço estimado, devidamente esclarecido pelo pregoeiro ([0680616](#) e [0684490](#)).

06. Devido à inoperância no sistema ComprasNet ([0684490](#) e [0684491](#)), o certame foi suspenso, com a publicação do aviso de suspensão no DOU ([0684505](#) e [0684785](#)).

07. O Edital de Pregão n. 5 (completo) foi republicado ([0685343](#)) no DOU e DJE e novamente divulgado no sistema ComprasNet e Portal do TRE-RO ([0685791](#)).

08. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a) o relatório de propostas Comprasnet ([0689987](#));
- b) documentos de habilitação da empresa **CLÍNICA PORTO VELHO**, CNPJ n. 14.657.175/0001-80 ([0689992](#));
- c) solicitação da SLC a unidade técnica da contratação para análise dos documentos de habilitação ([0689997](#));
- c) manifestação da unidade solicitante (SAMES) referente aos documentos necessários para a habilitação técnica ([0690042](#)) e,
- d) atualização dos documentos de habilitação da empresa **CLÍNICA PORTO VELHO** ([0690618](#)).

09. Na continuidade, o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0690619](#)); o Resultado por Fornecedor ([0690621](#)), o Termo de Adjudicação ([0690622](#)) e o comprovante do envio do resultado de julgamento para publicação ([0690640](#)).

10. Por fim, em seu Relatório 15 ([0690646](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame.

11. Ultimado o certame, vieram os autos para análise desta Assessoria ([0690648](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

13. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.

14. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

I – Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Houve apenas uma solicitação do valor estimado da contratação ([0680616](#)). Não houve impugnação ao edital.

II - Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

III – Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0689987](#)) e na ata do certame ([0690619](#)). Não houve recusa de lances.

IV – Fase de negociação/aceitação:

Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item XIII do evento [0690646](#). Desse modo as justificativas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

V - Item deserto: Não houve.

VI – Fase de Habilitação: O Pregoeiro habilitou a licitante **CLÍNICA PORTO VELHO**, CNPJ n. 14.657.175/0001-80.

VII – Recursos: Não houve.

15. Observa-se que os prazos recursais acham-se vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obteve-se grande economia.

17. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

18. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III - CONCLUSÃO

19. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (0690622)**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

20. Cabe ressaltar que, oportunamente, deverá vir aos autos a comprovação da publicação do resultado desse certame no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral.

Submeto à consideração da Diretoria Geral.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 13/05/2021, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0691059** e o código CRC **EE310B00**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000389-88.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0000389-88.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada no fornecimento e aplicação de vacina contra gripe.

DESPACHO Nº 591 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, no qual considera a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de fornecimento e aplicação de vacina antigripal para atender as necessidades deste Tribunal ([0653475](#)).

Após realização do Pregão Eletrônico n. 05/2021 ([0684847](#)), cujo edital foi republicado devido à inoperância do sistema ComprasNet ([0684490](#) e [0684491](#)) e suspensão do certame em decorrência disso (publicação do aviso de suspensão no DOU ([0684505](#) e [0684785](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0690619](#)); o Resultado por Fornecedor ([0690621](#)); Relatório do Pregoeiro relatando as principais ocorrências do certame ([0690646](#)); Termo de Adjudicação ([0690622](#)) e a comprovação do envio do resultado para publicação no DOU e DJE ([0690640](#)).

Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital. Houve uma solicitação de divulgação do preço estimado, cuja resposta negativa foi encaminhada por e-mail ([0680616](#)). Não houve registro de intenção de recurso.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante CLÍNICA PORTO VELHO S/S LTDA, CNPJ 14.657.175/0001-80. Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora (evento [0690622](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Adjudicação ([0690622](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([0691059](#)).

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0690619](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 05/2021**, consoante Termo de Adjudicação ([0690622](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/05/2021, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0691214** e o código CRC **92A41D53**.